



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Bacharelado em Ciências Contábeis

Adriana Pereira Almeida

**SISTEMA INFRASIG DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DE CUSTOS APLICADOS
AO SETOR PÚBLICO: Uma aplicação no Ministério da Saúde.**

Brasília
2022

Professor Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Doutor Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – noturno

Adriana Pereira Almeida

**SISTEMA INFRASIG DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DE CUSTOS APLICADOS
AO SETOR PÚBLICO: Uma aplicação no Ministério da Saúde.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Marilson Martins Dantas

Brasília
2022

Adriana Pereira Almeida

**SISTEMA INFRASIG DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DE CUSTOS APLICADOS
AO SETOR PÚBLICO: Uma aplicação no Ministério da Saúde.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Marilson Martins Dantas

Brasília, 09 de fevereiro de 2023.

Banca examinadora

Prof. Dr. José Marilson Martins Dantas
Universidade de Brasília - UnB

Avaliador

PA447s Pereira Almeida, Adriana
 SISTEMA INFRASIG DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DE CUSTOS
APLICADOS AO SETOR PÚBLICO: Uma aplicação no Ministério da
Saúde. / Adriana Pereira Almeida; orientador José
Marilson Martins Dantas. -- Brasília, 2023.
 71 p.

 Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --
Universidade de Brasília, 2023.

 1. Setor Público. 2. Potencial Eficiência. 3. Sistema
Infrasig De Informação E Gestão De Custos. 4. Ministério da
Saúde. I. Marilson Martins Dantas, José, orient. II. Título.

Dedico este trabalho a minha família que me deu todo o suporte necessário para que eu almejasse o sucesso; em especial ao meu irmão, que sempre me apoiou em todos os projetos e aos meus incentivadores;

À equipe de trabalho da Coordenação geral de execução Orçamentária e Financeira – CGOF/DLOG/MS pelo auxílio e presença em todos os momentos de progresso do presente trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio e o incentivo para a realização dos meus objetivos e me ensinarem a importância da educação para o crescimento pessoal e para a dignidade do ser humano.

Ao meu irmão que esteve ao meu lado, tornando os dias melhores, o cansaço e as dificuldades mais leves.

Ao professor Doutor José Marilson Martins Dantas pelo acompanhamento e orientação durante a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho da CGORF/DLOG/SE do Ministério da Saúde, que contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível, por sempre me oferecerem tantas oportunidades de crescimento ao longo de nossa convivência destacando a contribuição prestadas pela Aparecida de Araújo, a Amanda Moura e ao Carlos Roberto na construção de coleta de informações.

"Risco é a busca por oportunidades percebidas em um cenário de incerteza."

Berglund

Sistema INFRASIG de informação e gestão de custos aplicados ao setor público: Uma aplicação no Ministério da Saúde.

RESUMO

Ter informação acerca do custo é de grande relevância para gestão das entidades, entregar informações de qualidade de maneira acessível ao gestor e aos usuários desta informação é potencial para trazer uma gestão com melhor eficiência. Diante disto, este trabalho propõe a avaliação de implantação de um sistema de custos ao Ministério da Saúde, avaliando para isto os dados da coordenação estudada e o sistema Infrasing De Informação E Gestão De Custos Aplicados Ao Setor Público – SICGESP.

O SICGESP oferece ao gestor público uma medida geral de avaliação baseada em evidências denominada Nível de Serviço Comparado que permite identificar as melhores práticas desenvolvidas pelo gestor e disseminar para os demais gestores, possibilitando identificar melhores práticas de governança. Uma característica dessa informação é a simplicidade e a capacidade de ser interpretada pela comunidade de forma intuitiva. Essa qualidade permite que seja utilizada pelos conselhos de saúde como uma forma de colaborar com a melhoria da qualidade de alocação de recursos para prestação de serviço e na disseminação das melhores práticas de governança.

Para atingir o objetivo do estudo foi utilizado os conceitos de custos apropriado ao setor que trata de serviços entregues a população, a importância desta informação para o gestor e as razões e formas de implantação de um sistema de custos para o setor público. Mediante dados fornecidos pelo portal da transparência e do Sistema de Integrado de Administração Financeira do governo federal (SIAFI) durante o ano de 2022 para gerar informações objetivas e comparativas para os gestores.

Ao longo do presente estudo, foi apresentado uma medida de custo de serviço aplicável pelos governos federal e distrital, e por fim, foi realizado a simulação dos dados gerados no ano de 2022 da folha de pagamento dos empenhos liquidados pela Divisão de empenhos (DIVEO), as ordens bancárias emitidas pela Coordenação de Pagamento (COPAG) e os processos analisados e minutados pela Divisão de Contabilidade (DIVIC) da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do Departamento de Logística do Ministério da Saúde (CGORF/DLOG/SE/MS) no Sistema de Informação de Gestão de Custos Aplicados ao Setor Público – SICGESP.

O sistema foi desenvolvido pela Universidade de Brasília SICGESP/UnB, para avaliação dos dados visando aprimorar a entrega de informações a gestão e consequentemente permitindo melhores práticas desenvolvidas pelo gestor. O presente estudo incluiu a participação da opinião dos envolvidos na pesquisa acerca da implementação deste sistema à máquina pública.

Palavras-Chave: Sistema Infrasing De Informação E Gestão De Custos. Setor público. Ministério da Saúde.

ABSTRACT

Having information about the cost is of great relevance for managing the entities, delivering quality information in an accessible way to the manager and users of this information is potential to bring better management. In view of this, this paper proposes the evaluation of the implementation of a cost system to the Ministry of Health, evaluating for this the data of the coordination studied and the Infracig System of Information and Cost Management Applied to the Public Sector - SICGESP.

SICGESP offers the public manager a general evidence-based evaluation measure called Comparative Service Level that allows identifying the best practices developed by the manager and disseminating to other managers, enabling the identification of best governance practices. A characteristic of this information is the simplicity and ability to be interpreted by the community intuitively. This quality allows it to be used by health councils as a way to collaborate with the improvement of the quality of allocation of resources for service delivery and in the dissemination of best governance practices.

To achieve the objective of the study, we used the concepts of costs appropriate to the sector that deals with services delivered to the population, the importance of this information to the manager and the reasons and ways of implementing a cost system for the public sector. Through data provided by the transparency portal and the Integrated System of Financial Administration of the federal government (SIAFI) during the year 2022 to generate objective and comparative information for managers.

Throughout the present study, a service cost measure applicable by the federal and district governments was presented, and finally, the simulation of the data generated in 2022 of the payroll of the commitments settled by the Division of Commitments (DIVEO), the bank orders issued by the Payment Coordination (COPAG) and the processes analyzed and minised by the Accounting Division (DIVIC) of the General Coordination of Budget and Finance of the Department of Logistics of the Ministry of Health (CGORF/DLOG/SE/MS) in the Cost Management Information System Applied to the Public Sector - SICGESP.

The system was developed by the University of Brasilia SICGESP/UnB, to evaluate the data in order to improve the delivery of information to management and consequently allowing best practice developed by the manager. The present study included the participation of the opinion of those involved in the research about the implementation of this system to the public machine.

Keywords: Infracig Information And Cost Management System. Public sector. Ministry of Health.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área de formação dos entrevistados	29
Gráfico 2- Conhecimento de custos	30
Gráfico 3- Usabilidade da informação de custos	30
Gráfico 4- Nível serviço último trimestre de 2022.	32

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Cargos.....	26
Figura 2- Função.	26
Figura 3 - Características dos RECASP.....	34
Figura 4 - Características dos RECASP.....	35
Figura 5 - Relatório de nível de serviço de julho.	35

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CFC-Conselho Federal de Contabilidade
CSV-Comma-Separated Values (valores separados por vírgula)
DCASP-Demonstração de Custos Aplicado ao Setor Público
CCONT-Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União
LAI-Lei de Acesso à Informação
LRF-Lei de Responsabilidade Fiscal
NBC-Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC TSP-Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OB- Ordem Bancária
RCASP-Relatórios de Custos Aplicados ao Setor Público
RCPG-Relatório Contábil de Propósito Geral
RECASP-Repositório de Custos Aplicado ao Setor Público
SIAFI-Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC-Sistema de Custos do Governo Federal
SICGESP-Infrasig de Informação e Gestão de Custos Aplicado ao Setor Público
STN-Secretaria do Tesouro Nacional
TCU-Tribunal de Contas da União
UnB-Universidade de Brasília
CGOF- Coordenação Geral de Orçamento e Finança
DIVIC- Divisão de Contabilidade
DIVEO- Divisão de Execução Orçamentária
COPAG- Coordenação de Pagamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
1.1 NOÇÕES BÁSICAS	15
1.2 CARACTERÍSTICAS RELEVANTES A INFORMAÇÃO CONTÁBIL	15
1.3 IMPORTÂNCIA DE SISTEMA INFORMACIONAL DE CUSTOS APLICADO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	17
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	18
2.1 JUSTIFICATIVA	21
2.2 SISTEMA ATUAL DE CUSTOS NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	22
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	23
3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SICGESP.....	23
3.2 PROCEDIMENTOS DE RECOLHIMENTO E UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	25
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	29
4.1 OPINIÃO ACERCA DO SISTEMA PELOS PARTICIPANTES	29
4.2 AVALIAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRODUZIDOS	32
4.3 AVALIAÇÃO DO SISTEMA	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	38
ANEXOS.....	40
ANEXO I – MANUAL DE PREPARAÇÃO DOS ARQUIVOS PARA FUTURA IMPORTAÇÃO PARA O SISTEMA	41
ANEXO II - RELATÓRIO GERENCIAL	53
ANEXO III - NÍVEL DE SERVIÇO.....	60

INTRODUÇÃO

Um sistema de custos é de grande relevância para entrega de informação de qualidade para subsidiar as decisões tendo potencial para trazer uma gestão com melhor eficiência. A necessidade de um sistema de custos aplicado ao setor público é imposta inicialmente pela Lei 4320 de 1964 e reafirmada pela lei de responsabilidade fiscal – LRF nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece no art. 50 § 3º que a administração pública deverá manter um sistema de custos.

Adicionalmente tem-se a LAI- lei de acesso à informação, sancionada em 18 de novembro de 2011, que objetiva regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União. Conforme exposto no artigo 1º da lei nº 12.527:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - Os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - As autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O setor de serviços possui grande participação no PIB da economia, quando se observa o valor do orçamento público e compara-se ao Produto Interno do Brasil tem-se que a participação do setor público é de grande relevância. Com isso, é natural à espera de um sistema de gestão eficiente, para isto é necessário um sistema informacional que possua qualidades apropriadas a fim de subsidiar as decisões de seus gestores.

Diante disto foi entendido a necessidade de um sistema de custos para administração pública criado em 2011 um Sistema de Custos do Governo Federal – SIC.

O presente estudo objetiva avaliar uma alternativa para suprir a necessidade de apresentar a informação de custos, aplicando ao Ministério da Saúde um sistema de informação a fim de subsidiar as decisões da alta gestão.

A opção apresentada no presente estudo é o Infrasing de Informação e Gestão de Custos aplicado ao setor público - SICGESP, que oferece ao gestor público uma medida geral de avaliação baseada em evidências denominada Nível de Serviço Comparado possibilitando identificar as melhores práticas de governança na saúde, apontando eventuais deficiências, permitindo melhores práticas desenvolvidas pelo gestor e a disseminação para demais gestores.

Atualmente o SICGESP foi implantado - ou em processo de implementação - no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Ministério da Educação (MEC) e em Três mil duzentos e trinta e oito prefeituras.

Uma característica dessa informação é a simplicidade e a capacidade de ser interpretada pela comunidade de forma intuitiva. Essa qualidade permite que seja utilizada pelos conselhos de saúde como uma forma de colaborar com a melhoria da qualidade de alocação de recursos para prestação de serviço e na disseminação das melhores práticas de governança.

No primeiro momento o estudo apresentou o arcabouço teórico, abordando a diferenciação de custos aplicado ao setor público e ao setor privado, expondo conceitos de custos bem como a importância desta informação para os órgãos públicos.

No segundo tópico abordaremos o marco regulatório e iniciação da implantação de custos ao setor público e as características qualitativas dos relatórios de custos.

A seguir abordaremos a metodologia utilizada para atingir o objetivo do estudo, que utilizou conceitos de custos apropriado ao setor que trata de serviços entregues à população, a importância desta informação para o gestor, e as razões e formas de implantação de um sistema de custos para o setor público. Mediante dados fornecidos pelo portal da transparência e o Sistema de Integrado de Administração Financeira durante o ano de 2022 para gerar informações objetivas e comparativas para os gestores.

Ao longo do presente estudo, será apresentada uma medida de custo de serviço aplicável pelo governo federal e distrital, e por fim, será realizada a simulação dos dados gerados no ano de 2022 da folha de pagamento dos empenhos liquidados pela divisão de empenhos (DIVEO), as ordens bancárias emitidas pela Coordenação de Pagamento (COPAG) e os processos analisados e tramitados no Sistema eletrônico informacional (Sei) pela Divisão de Contabilidade da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças (CGORF/DLOG/SE/MS).

As informações foram retiradas dos sistemas estruturantes da administração pública e importadas para o Sistema de Informação de Gestão de Custos Aplicados ao Setor Público – SICGESP, desenvolvido pela Universidade de Brasília SICGESP/UnB, para avaliação dos dados visando aprimorar a entrega de informações a gestão e consequentemente permitindo melhores práticas desenvolvidas pelo gestor.

O presente estudo também propõe a entrega da participação da opinião dos envolvidos na pesquisa acerca da implementação deste sistema à máquina pública. Os dados foram obtidos por meio de questionário, aplicado aos profissionais que compõem a Coordenação-Geral de Execução Orçamentária (CGORF/DLOG/SE) do Ministério da Saúde.

Assim, o presente estudo apresentará os resultados obtidos com a pesquisa realizada, avaliando os relatórios produzidos pelo SICGESP, apresentando as vantagens e desvantagens da aplicabilidade deste sistema, além da apresentação da participação da opinião dos envolvidos para apurar o entendimento dos envolvidos da implementação de um sistema de custos ao âmbito do Ministério da Saúde.

Problemática

O Infrasing de Informação e Gestão de Custos aplicado ao setor público - SICGESP é uma opção de sistema de qualidade para prestação de relatórios de informação de custos adequado ao Ministério da Saúde?

Justificativa

Atualmente o Ministério da Saúde conta com um sistema de apuração de custos aplicado as distintas unidades de saúde do SUS para gestão nas unidades. O presente estudo tem por objetivo ampliar a visão de prestação da informação de custos para alta gestão, demonstrando a opção de uma ferramenta mais acessível e de fácil compreensibilidade da informação para permitir a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (§ 3º do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Objetivo geral

O presente estudo propõe a avaliação de uma alternativa de sistema informacional de custos de serviços produzidos ao Ministério da Saúde, aplicando um sistema de informação que gere relatórios mais abrangente a fim de subsidiar as decisões da alta gestão. Avaliando a aplicabilidade do software denominado Infrasing de Informação e Gestão de Custos – SICGESP.

Objetivos específicos

- Demonstrar através de pesquisa de opinião o conhecimento da gestão acerca da implantação de um sistema de custos.
- Avaliar aplicabilidade do SICGESP no âmbito do Ministério da Saúde por meio da análise dos relatórios emitidos com base nos dados obtidos da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças (CGORF/DLOG/SE/MS).
- Demonstrar se os relatórios atendem as necessidades de qualidade da informação para tomada de decisão e se atendem requisitos de relatórios de informação contábil.

1. REFERÊNCIAL TEÓRICO

1.1 NOÇÕES BÁSICAS

Para se entender a relação entre custos e o setor público é necessário entender alguns conceitos que levaram ao surgimento de ideias que sugerissem a necessidade de um sistema de ordem de gestão da informação contábil de custos.

1.2 CARACTERÍSTICAS RELEVANTES A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Segundo o manual de contabilidade aplicado ao setor público, o objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Assim as demonstrações devem evidenciar a realidade da organização de acordo com os princípios contábeis.

As demonstrações contábeis deverão evidenciar aos usuários ativos e passivos, as receitas e despesas orçamentárias, bem como as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de forma a garantir que essas informações apresentadas, em seus aspectos relevantes, sejam verdadeiras e confiáveis nas demonstrações contábeis.

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São elas: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade. As restrições inerentes à informação são a materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas. Cada uma das características qualitativas é integrada e funciona em conjunto com as outras. Entretanto, na prática, talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário.

Relevância: As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não a considerar ou já estiverem cientes dela.

Representação fidedigna: Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.

Compreensibilidade: A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Tempestividade: Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil. Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (accountability) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios. A ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.

Comparabilidade: Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação. A informação sobre a situação patrimonial da entidade, o desempenho, os fluxos de caixa, a conformidade com os orçamentos aprovados ou com outra legislação relevante ou com os demais regulamentos relacionados à captação e à utilização dos recursos, o desempenho da prestação de serviços e os seus planos futuros, é necessária para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Verificabilidade: A verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar. Essa característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso, mas não necessariamente à concordância completa, em que a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés; ou o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés.

As características relevantes da informação contábil servem para garantir que a informação contábil seja confiável e útil para os usuários, características fundamentais para garantir a qualidade da informação contábil, e assim, auxiliar os usuários a tomar decisões informadas e corretas.

1.3 IMPORTÂNCIA DE SISTEMA INFORMACIONAL DE CUSTOS APLICADO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

Espera-se identificar as diversas alterações previstas pelas normas e pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, que se baseia na Lei 4.320/64 e nas normas emitidas pelo CFC, visto que a visão do regime adotado no setor público foi alterada passando do regime misto para o regime de competência.

O sistema informacional de custos é de grande importância para os órgãos públicos pois permite que tenham uma compreensão precisa dos custos associados às atividades e projetos executados. Isso é importante porque os órgãos públicos têm a responsabilidade de gastar o dinheiro dos contribuintes de forma eficiente e eficaz.

O sistema informacional de custos pode ajudar os órgãos públicos na identificação de áreas onde é possível economizar dinheiro e a tomar decisões informadas sobre como alocar seus recursos. O sistema informacional de custos pode ser usado para avaliar o desempenho de diferentes unidades, o que permite que os órgãos públicos tomem decisões informadas sobre como alocar seus recursos de forma a obter o maior retorno possível.

Um sistema informacional de custos aplicado aos órgãos públicos é importante por várias razões, entre elas:

- **Controle financeiro:** permite que os órgãos públicos tenham uma visão detalhada dos custos de suas operações, o que os ajuda a controlar suas despesas e garantir que elas estejam dentro do orçamento.
- **Tomada de decisão:** fornece informações precisas e confiáveis sobre os custos, o que permite que os órgãos públicos tomem decisões informadas sobre como alocar seus recursos.
- **Transparência:** um sistema informacional de custos pode ajudar os órgãos públicos a tornar suas operações mais transparentes, permitindo que os cidadãos vejam como seus impostos estão sendo gastos.
- **Melhoria de eficiência:** um sistema informacional de custos pode ajudar os órgãos públicos a identificar e eliminar desperdícios e ineficiências em suas operações, aumentando sua eficiência e reduzindo custos.
- **Conformidade:** um sistema informacional de custos pode ajudar os órgãos públicos a cumprir as leis e regulamentos relacionados ao controle de custos e à prestação de contas.

Um sistema informacional de custos é uma ferramenta importante para os órgãos públicos, pois permite o controle de despesas, a tomar decisões informadas, ser mais transparentes, melhorar sua eficiência e cumprir suas obrigações legais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O setor público possui grande impacto no PIB da economia, conforme apontado no trabalho Sistema de Custos para Organizações de Serviços Complexas: O caso do Setor Público de José Marilson Martins Dantas, de 2014, que traduz o peso do Estado na economia.

A situação expressa no estudo citado se faz presente na economia atual, onde o PIB segundo o IBGE totalizou em 2021 R\$ 8,7 trilhões deste cerca de setenta por cento é derivado do setor de serviços quando se analisa o valor do orçamento público e compara-se ao PIB temos uma dimensão da participação do setor público. A Lei Orçamentária Anual -LOA do Governo Federal LEI Nº 14.144, DE 22 DE ABRIL DE 2021 estimou para o exercício de 2021 uma despesa autorizada de R\$ 4,1 trilhões sendo deste valor R\$ 1,4 trilhões destinados ao orçamento fiscal.

Diante o exposto, é de se esperar um sistema de gestão eficiente, para isto é necessário um sistema informacional que possua as qualidades que se espera a fim de subsidiar as decisões de seus gestores. Com isso é necessário o entendimento conceitual da máquina pública e o produto final que ela oferece à população, sendo de grande relevância entender o modelo de custos.

Entendendo a dimensão do setor público tem-se o desafio de implantação de um modelo de custeio justificado pelo nível de alcance maior das decisões. O modelo de financiamento do setor público determina o modelo de decisão para alcance do objetivo. A forma de financiamento do setor público é totalmente diferente do setor privado assim como sua finalidade.

“O Estado é o responsável pela organização e pelo controle social, pois detém o monopólio da violência legítima.” Max Weber

O financiamento do Estado é obrigatório, diferentemente do setor privado, isso implica no modelo de decisão do gestor, sendo totalmente diferente entre os setores. A medida de eficiência é comum ao setor público e ao privado, mas a forma de apuração deste resultado é o que diferencia eles. O objeto final do setor público é a prestação de serviço para atender as demandas da população.

Na contabilidade o produto é retratado como um bem já os serviços são vistos como adendo na base teórica. Para apuração do custo destes produtos foi desenvolvido o custo variável (bem), e o custo fixo (serviço). A apuração de custo no setor público deve buscar parâmetros próprios ao setor conforme exposto pelo CFC nas Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil (2009, p. 4) quando expõem que:

“É preciso resgatar o tratamento dos fenômenos do setor público, em bases teóricas que reflitam a essência das transações governamentais e seu impacto no patrimônio, e não meramente cumprir os aspectos legais e formais”

O conceito de custo no âmbito do setor público é entendido como Dantas (2014) expôs em seus estudos “sacrifício de recurso decorrente do processo produtivo do setor público” sem a contraprestação deste sacrifício. No setor privado esse sacrifício é realizado visando a receita o que não ocorre no setor público.

A contabilidade foi desenvolvida no meio industrial de bens, porém o setor público atua com a oferta de serviços à população. Serviços são quaisquer ações ou desempenho que uma parte oferece à outra, essencialmente intangível e não resultante em propriedade, pode ou não estar vinculada à um produto físico. Bens e serviços não produzem o mesmo modelo de custeio assim é necessário o entendimento destes para trazer uma melhor eficiência ao modelo de decisões. Conceitualmente serviços são sensações entregues ao consumidor. A medida de avaliação de um serviço é a sensação do consumidor final com aquele serviço, gerando uma satisfação ou insatisfação.

Os serviços possuem quatro características base que são: variável, intangível, perecível e inseparável (Kotler e Keller, 2006). Essas quatro características tornam os serviços totalmente diferentes dos bens, sendo o consumidor o insumo e ao mesmo tempo o produto. A percepção do serviço é avaliada pela atividade que é considerada menos insatisfatória pelo consumidor.

Segundo Kotler (2000, p. 448), “serviço é qualquer ato ou desempenho, essencialmente intangível, que uma parte pode oferecer a outra e que não resulta na propriedade de nada. A execução de um serviço pode estar ou não ligada a um produto concreto.”

Para avaliar o nível de serviço realizado e o custo são necessárias ferramentas que possibilitem ao gestor a avaliação a partir dos dados entregues de alocação dos recursos, possibilitando adoção de melhores práticas pela gestão.

Inicialmente para implantação de um sistema de informação de custos faz-se necessário o entendimento das fronteiras que são estabelecidas pela lei, que ao mesmo tempo que limita traz um modelo de gestão. O modelo conceitual deve fazer uma leitura de forma condizente com a realidade para o gestor público, sendo eficiente e retratando de forma fidedigna a realidade.

O modelo conceitual do sistema SICGESP utiliza os dados do sistema financeiro tratando os dados pelo método de custeio e avaliativo, trazendo duas atribuições à informação; a avaliativa e a comparabilidade, permitindo ao órgão de controle uma auditoria. A partir disso a eficiência pode ser avaliada.

Destacando o que diferencia a contabilidade gerencial pública e a privada, a esfera pública é um monopólio e a privada um oligopólio. Outros aspectos que as diferenciam é a contraprestação da receita, a forma de financiamento, além da definição legal da forma de atuação no setor público e a liberdade de atuação do privado. Estes aspectos tornam a contabilidade gerencial diferente entre os setores. A partir dessas premissas foi desenvolvido o sistema SICGESP, deixando o sistema acessível para utilização.

O SICGESP é uma ferramenta que permite ao gestor público a gestão integrada e compartilhada dos gastos, tendo a funcionalidade a tomada de outras decisões públicas referentes aos gastos de realocação de recursos. A ferramenta é um importante instrumento de planejamento estratégico no momento de elaborar metas e acompanhar desempenho.

A proposta é que a partir da contabilidade financeira gere para o gestor e ao órgão de controle informações importantes para adoção de práticas de eficiência. Os desafios para esse sistema são as características do setor público de monopólio que tende a ineficiência, a contraprestação da receita, a forma de financiamento, além da definição legal da forma de atuação. Para adoção do padrão deve-se treinar os usuários nos conceitos. A intenção é aumentar eficiência e equalizar custos tendendo ao nível de serviço comparado de equilíbrio.

O conceito de serviços deve ser visto como às sensações obtidas na prestação de serviço, expondo a dificuldade de trazer o sistema de custos para o ambiente público observando as características deste setor. Com isso a implementação de um sistema de custos apropriado para avaliação por parte do gestor, que com base nele possa tomar decisões para entidade. O sistema de apresentação dos custos tem que ser simples, padrão *Google*, para melhor acessibilidade por parte do usuário, e atingir seu objetivo de auxiliar a gestão para tomada de decisão.

A capacidade de experimentação é o grau em que o sistema pode ser utilizado sob dadas condições. Um sistema que possa ser testado facilmente representa menos incerteza para usuários potenciais e permite aprendizagem por meio da prática, conforme é proposto pela utilização do SICGESP.

É de extrema importância o entendimento do conceito de serviço para poder avançar nas formas de avaliações possíveis possibilitando a prestação de forma eficiente, com o uso das informações obtidas pela gestão. O sistema apresentado, SICGESP, gera relatórios auditáveis para oferecer informações para melhora das práticas da alta gestão.

2.1 JUSTIFICATIVA

A Contabilidade Pública vive um processo de convergência às normas internacionais e apesar das normas voltadas ao setor público terem sido emitidas em 2008 pelo CFC, muitas entidades públicas ainda não apresentaram seus Balanços conforme instruções presentes nas IPSAS, NBC TS e MCASP. Diante deste cenário ainda existe certas lacunas uma vez que a contabilidade aplicada ao setor público necessita de conceitos próprios dada as diferenças entre a sua forma com relação ao setor privado. Sua forma de financiamento e sua finalidade expõem que é preciso um regime contábil apropriado.

Isso se aplica ao sistema de custos como é colocado pela STN (BRASIL, 2011, p. 119) na 4ª edição do MCASP, conforme a seguir:

“Ao adequar a gestão do setor público aos principais instrumentos de gestão de custos atualmente em uso pelas organizações privadas, fica evidenciado a utilidade e aplicabilidade de tais instrumentos na área pública. Contudo, se nas organizações privadas a justa remuneração do capital investido é o indicador da eficácia da gestão, nas entidades públicas a gestão eficaz e o resultado econômico se revestem no grau de excelência dos serviços prestados à sociedade”

Com isso, em 2011 através da Portaria nº 157 a STN, foi implantado na administração pública o sistema de custos para atender os órgãos centrais. Com a busca por um sistema de custos que mais se adeque a forma pública Dantas (2014) traz o modelo desenvolvido pelo programa de doutorado em Contabilidade da UnB em que uma camada de operação o SICGESP, um modelo operacional de custos capaz do recebimento de dados e aplicação do modelo teórico desenvolvido para geração de Relatórios de Custos Aplicado ao Setor Público (RCASP).

A aplicação do modelo de custos aplicado ao setor público se justifica pela carência da prestação de informações de custos com as qualidades requeridas a contabilidade, para auxiliar o gestor em sua tomada de decisão e na transparência dos recursos utilizados para prestação continuada de serviços pela administração pública.

2.2 SISTEMA ATUAL DE CUSTOS NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Atualmente o Ministério da Saúde aplica nas unidades de saúde o programa de gestão de custos exclusivo do Sistema Único de Saúde (PNGC).

O programa é uma ferramenta da gestão pública, criada para suprir a ausência de informação de custo nas instituições públicas de saúde, exclusivamente aplicado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O programa visa promover a cultura de gestão de custos aplicado apenas em unidades de saúde do SUS, e foi instituído pela portaria nº 55, de 10 de janeiro de 2018. O PNGC utiliza o método de absorção e conseqüentemente critérios de rateio sendo classificados em administrativo, intermediário e final externo, assim ocorre o levantamento e a classificação dos custos. O sistema ainda está em implantação nas unidades de saúde.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa é de caráter exploratório, com levantamento de dados de campo considerando o seu contexto, que visa demonstrar a aplicabilidade em um determinado sistema público o trabalho de custeio, demonstrando a perspectiva dos envolvidos no estudo e sua aplicabilidade.

3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SICGESP

O Infrasis de Informação e Gestão de Custos, segundo HOLANDA, LATTANWELTMAN e GUIMARÃES (p. 61) é um sistema interno de informações gerenciais das instituições. O sistema oferece ao gestor uma medida geral de avaliação denominada nível de serviço comparado dando ao gestor informações em formatos de relatórios permitindo ao gestor a adoção de melhores práticas, tem como característica a simplicidade entregando ao usuário informações de fácil acesso e entendimento.

Segundo Dantas (2020) o SICGESP veio para ajudar o gestor a responder a grande questão: “Estou fazendo bem?”. O sistema busca ter um único conceito e uma única medida através do nível de serviço com a entrega de relatórios gerados pelo sistema para melhorar as medidas para bons desempenhos aplicável a União, Estados e Municípios.

Essa ferramenta permite ao gestor ter ideia do quanto é demandado de determinada unidade e o nível de serviço dela, entregando uma informação transparente.

O desafio no setor público atualmente está na utilização dos recursos de forma adequada, para isso é necessário juntar vários atores para atingir o objetivo da realização de uma boa gestão com isso nasceu o SICGESP. O enfoque nas pessoas se dá devido a força de trabalho representar 80% da força pública. A proposta do sistema está na mitigação dos riscos e aumento da eficiência, dando uma comunicação transparente ao gestor objetivando da resposta tanto ao gestor quanto a população geral.

O modelo conceitual possui a premissa de não permitir qualquer tipo de rateio, com o objetivo de gerar consistência na informação. A modelo objetiva oferecer informações de custos por meio de relatórios denominados DCASP- LRF que são demonstrações de custos aplicado ao setor público voltado a lei de responsabilidade fiscal.

A medida explicada por Dantas (2014, p 11) é de uma medida baseada no custo comparável.

A medida de gestão e eficiência do sistema deve oferecer a comparabilidade da informação tanto de forma horizontal ao longo do tempo, quanto de forma vertical em um determinado momento do tempo “t”, propiciando a tomada de decisão em todos os níveis da administração pública, estratégico, tático e operacional. (p. 11)

Segundo Dantas (2014, p 12) o modelo operacional possui quatro camadas de operação:

Interoperabilidade semântica – Camada do modelo operacional que recebe os dados dos sistemas estruturantes da administração pública e os aproxima do regime de competência por meio de ajustes nas informações e conceituação semântica;

SICGESP– É o modelo operacional de Infrasis de custos que recebe os dados da

camada da interoperabilidade semântica, e aplica o modelo teórico/conceitual gerando o Relatório de Custos Aplicado ao Setor Público-RCASP;

RCASP – É a materialização da informação de custos comparável resultante da aplicação do modelo teórico/conceitual, sendo definido como Relatório de Custos Aplicado ao Setor Público; e

RECASP – É a parte do modelo operacional do Infrasing responsável pela divulgação e da consolidação da informação de custos comparável-RCASP. (grifo no original)

Assim, com o Manual do Usuário - Operação do SICGESP (Anexo I) o usuário poderá elaborar no próprio Excel os arquivos em CSV para validação e importação no sistema utilizando como base os sistemas da entidade (SIAFI, SIADS, Portal da Transparência, Sistema de patrimônio, Sistema de Capital Humano entre outros).

Um dos arquivos a serem importados é denominado de arquivo da folha (RH) onde é alocado o capital humano, englobando servidores, funcionários temporários, estagiários e colaboradores com as devidas informações requeridas no manual, tais como informações dos trabalhadores, lotação, códigos de fontes de recursos e outros dados. Essas informações são importadas mensalmente para controle do nível de serviço durante o ano pelo gestor.

Outro arquivo a ser enviado é o de contabilidade onde são elencados os dados dos colaboradores que foram gerados na Folha de Pagamento, servidores ou não, bem como as despesas referentes ao setor como patrimônio, depreciação de equipamentos e gastos com materiais.

A proposta do uso do Sistema de Infrasing de custos aplicado ao setor público vem demonstrar a existência de uma alternativa de uso de sistema disponível de custos para geração de relatórios de informação contábil gerencial.

O Sistema de informação de gestão de custos aplicado ao setor público surgiu com o projeto de pesquisa de doutorado do Professor Dr. José Marilson Martins Dantas desenvolvida sob o título “*Um modelo de custo aplicado ao setor público sob a visão da accountability*”(2013).

A tese propôs um sistema de custos complementar ao modelo proposto aplicado ao governo federal. O modelo foi construído baseado em um conjunto que envolve:

“Na relação da teoria da agencia, o processo de accountability e a avaliação das características do ambiente no qual o setor público brasileiro está inserido, definido na Constituição Federal e legalmente estabelecido, tanto pelo enquadramento legal quanto conceitual, como serviço. Além de respeitar todas as premissas legais e operacionais, o Infrasing de custos está focado em materializar o processo de accountability por meio da geração de informação de custos que possam ser comparadas pela própria organização e também entre as organizações, proporcionando a capacidade de melhorar a eficiência na aplicação do gasto público. O modelo proposto propõe um novo sistema de acumulação, sistema de custeio e método de custeio, específico para o setor público, que são aderentes a geração de uma informação fidedigna e comparável.” (Dantas, 2013).

Com base nesta premissa surgiu o SICGESP, ferramenta que permite ao gestor público a gestão integrada e compartilhada dos gastos, tendo a funcionalidade de realocação de recursos bem como a tomada de outras decisões públicas referentes aos gastos. A ferramenta se

configura como um importante instrumento de informação para tomada de decisões e planejamento estratégico.

O objetivo principal da ferramenta é medir a eficiência dos gastos públicos, de modo que a otimização do uso de recursos seja mensurada de forma geral.

Desse modo, podemos gerar o indicador que mesure o nível de serviço proporcionado à sociedade nos diferentes programas e projetos desenvolvidos pela gestão local propondo o englobamento não apenas de algumas unidades de saúde passando para um sistema de gestão para o Ministério da Saúde.

O SICGESP é um sistema de gestão de custos que é utilizado pelos órgãos públicos para controlar e medir seus custos e desempenho, garantir a transparência e a conformidade com as leis e regulamentos, e melhorar a eficiência e a eficácia dos seus processos.

O SICGESP é projetado para integrar-se com outros sistemas de gestão de órgãos públicos, como sistemas de contabilidade, orçamento, planejamento estratégico e de gestão de projetos, fornecendo assim uma visão completa da gestão dos recursos públicos.

Ele tem como objetivo fornecer informações precisas e confiáveis sobre os custos e desempenho dos órgãos públicos, permitindo que os gestores tomem decisões informadas e melhorem a eficiência e eficácia de suas operações.

Além disso, ele permite a monitoração e o controle dos gastos públicos e o alcance dos objetivos estabelecidos, permitindo uma melhor gestão dos recursos financeiros e humanos, e garante a transparência dos gastos públicos.

Diante disso, o SICGESP é um sistema de informação importante para garantir a governança baseada em custos, permitindo que os órgãos públicos melhorem a eficiência e eficácia de suas operações, garantam a transparência e a conformidade com as leis e regulamentos, e controlem seus gastos públicos.

3.2 PROCEDIMENTOS DE RECOLHIMENTO E UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A pesquisa de aplicação do modelo SICGESP foi realizada com o levantamento de dados informacionais de RH no qual foram levantados dados de pessoal envolvendo a identificação dos mesmos, o cargo, salários entre outras informações, com intuito de alimentar a base de dados do Sistema de Infransing.

Para coleta das informações de RH para alimentação do sistema foram realizados levantamentos informacionais no portal da transparência onde foi pesquisado por nome dos servidores ativos obtendo assim as informações de remuneração, cargos de nomeação, data de início de atividade no setor público. As demais informações de terceirizados, cargos comissionados foram realizados por meio de pesquisa interna de contratos ativos.

Os dados de pagamento tiveram como referência o mês de abril de 2022.

Em razão do sistema aceitar somente números na coluna destinada aos cargos e funções foram feitos ajustes para demonstrar os cargos seguindo a seguinte ordem:

Figura 1- Cargos

Cargos		
Das101.4	Direção E Assessoramento Superior	10001
Fct001.1	Função Comissionada Técnica	10002
Fpe101.2	Chefe De Divisão	10003
Fct-03	Conferencista	10004
9999999	Conferencista	9001
9999999	Consultor	9002
9999999	Estagiário	9003
9999999	Estagiário	9004
Fct 000.3	Função Comissionada Técnica	10009
Fpe 101.2	Chefe De Divisão	10010
Fce-4.05	Agente Administrativo	10011
Fct000.3	Administrador	10012
Fct000.3	Agente Administrativo	10013
9999999	Consultora	9005
9999999	Secretaria	9005

Figura 2- Função

Função		
Das101.4	Administrador	9001
Fcpe-101.2	Contadora	9002
Fpe101.2	Contadora	9003
Fct-03	Técnico De Contabilidade	9004
9999999	Datilografo	9005
9999999	Consultor	9006
9999999	Estagiário	9007
9999999	Estagiaria	9008
Fce4.05	Datilografo	9009
Fpe101.2	Administrador	9010
Fce-4.05	Agente Administrativo	9011
Fcpe-101.2	Administradora	9012
Fce4.05	Agente Administrativo	9013
Fct000.3	Administrador	9014
Fct000.3	Agente De Portaria	9015

9999999	Consultora	9016
9999999	Secretaria	9017

Com isso foram organizadas as informações em tabela Excel e salva em csv para validação e realizada a inclusão no sistema, conforme o manual de geração de arquivos disponibilizados pelo projeto sala de gestão e governança da educação básica do Brasil do relatório de RH.

Posteriormente, com as informações disponibilizadas pela contabilidade, foi construída a planilha da contabilidade onde incluía informações do pagamento de servidores e colaboradores assim como as informações de custos diretos de materiais utilizados pela coordenação.

Para o arquivo referente aos recursos utilizados ao longo do período, foi levantado juntamente com a coordenação no Portal de Compras do governo, onde levantou-se as requisições de materiais, observando que os pedidos de materiais ocorrem no intervalo de dois meses e normalmente não compreende grandes materiais, dado que atividade desempenhada pelo corpo de trabalhadores envolve comumente o uso de ferramentas de tecnologia (computadores e impressora).

Posteriormente, foi levantado o inventário patrimonial dos bens alocados na coordenação pelo setor de patrimônio do ministério da saúde, bem como a valoração depreciativa dos bens, assim foram incluídas estas informações em conjunto com os valores destinados à compra de materiais de consumo durante o ano de 2022, observando que a compra destes materiais foi realizada com intervalo de até três meses entre os pedidos, por este motivo

foi realizado uma espécie de rateio, com a divisão proporcional de custos, levando em conta as proporções de trabalhadores por setor.

Para o prosseguimento do trabalho com a utilização de informações fidedignas, foram utilizadas como produto da coordenação de pagamento as ordens bancárias geradas. Para a divisão de execução orçamentaria os empenhos liquidados e por fim para a divisão de contabilidade os processos tramitados pela unidade em virtude da dificuldade de valoração de um serviço de análise em razão dos múltiplos tipos de trabalho pela divisão.

Assim as informações foram inseridas mensalmente para o SICGESP e as informações de depreciação e consumo de materiais foram inseridas no sistema com base nos dados importados na folha de contabilidade. Conforme o avanço dos períodos, foram recolhidas as informações de produtos gerados de cada unidade para inserir no sistema.

Com isso, e baseado nos manuais do sistema (Anexo I), foi possível gerar os relatórios no SICGESP, gerencial e de nível de serviço.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

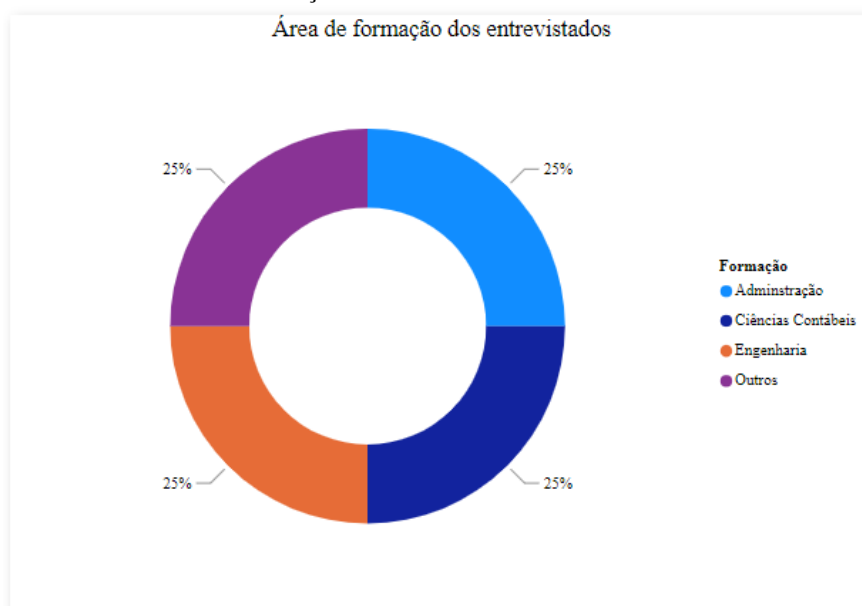
4.1 OPINIÃO ACERCA DO SISTEMA PELOS PARTICIPANTES

Durante o período de recolhimento e análise das informações foi aplicado um questionário, através de formulário, com o objetivo de apurar o nível de integração entre os participantes da pesquisa e o campo de pesquisa estudado no presente trabalho.

As perguntas aplicadas no questionário foram objetivas extraindo informações de conhecimento básico da amostra tais como sexo, faixa etária e área de atuação dos mesmos. A pesquisa contou com a participação de 13 respondentes, a maioria do sexo feminino (54%) sendo do sexo masculino cerca de 46% concentrando a faixa etária acima de 41 anos ou mais representando 62% (sessenta e dois por cento) da amostra, e mostrou que não havia concentração da área de formação dos entrevistados.

Os entrevistados estavam ligados diretamente ao sistema, tendo como função a alimentação dos sistemas estruturantes da administração pública, compondo as divisões da coordenação.

Gráfico 1- Área de formação dos entrevistados



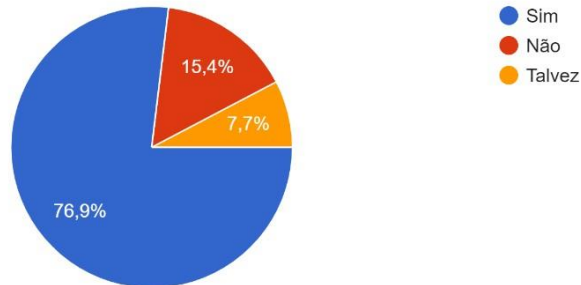
Fonte: elaboração do autor

Com isso, a pesquisa passou para extração de informação com enfoque no conhecimento dos participantes da área de custos e a influência deste no seu cotidiano, com questões que envolviam a escala de conhecimento dos participantes em custos e a usabilidade deste conhecimento no dia a dia e em ambiente de trabalho.

Gráfico 2- Conhecimento de custos

Você sabe o que é custo?

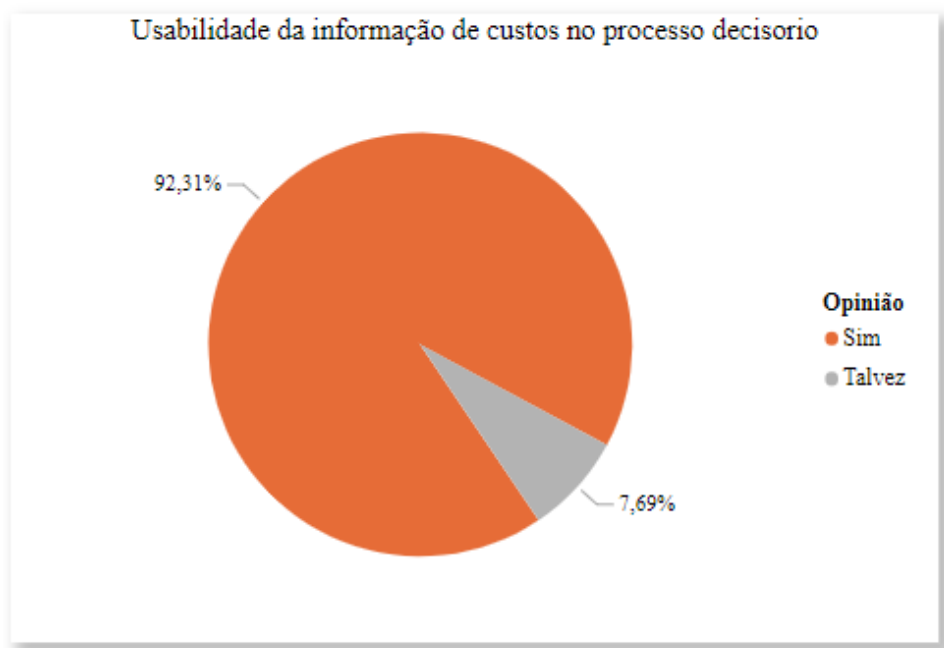
13 respostas



Fonte: elaboração do autor

Quando perguntados sobre a importância da informação de custos no dia a dia todos os participantes afirmaram que esta área de conhecimento é de grande importância em seu cotidiano. Perguntados sobre a importância da informação de custos para a tomada de decisão noventa e dois por cento dos participantes responderam como essencial enquanto quase oito por cento apresentaram dúvida ao responder o questionamento.

Gráfico 3- Usabilidade da informação de custos



Fonte: elaboração do autor

Quando os participantes foram perguntados sobre a importância da informação de custos para o setor público todos sinalizaram como importante sobre principal alegação de que a gestão de custos permite entender como está a situação de uma determinada companhia/órgão, tendo como base que se trata de um setor de pagamento é extremamente válido fazer o possível para que a gestão desses recursos ocorra da melhor forma.

Quando levantada a questão de um sistema para gestão de custos as opiniões tendem para o reconhecimento da necessidade de implantação de um sistema que dê amparo para tomada de decisão e conseqüentemente melhor gestão dos recursos.

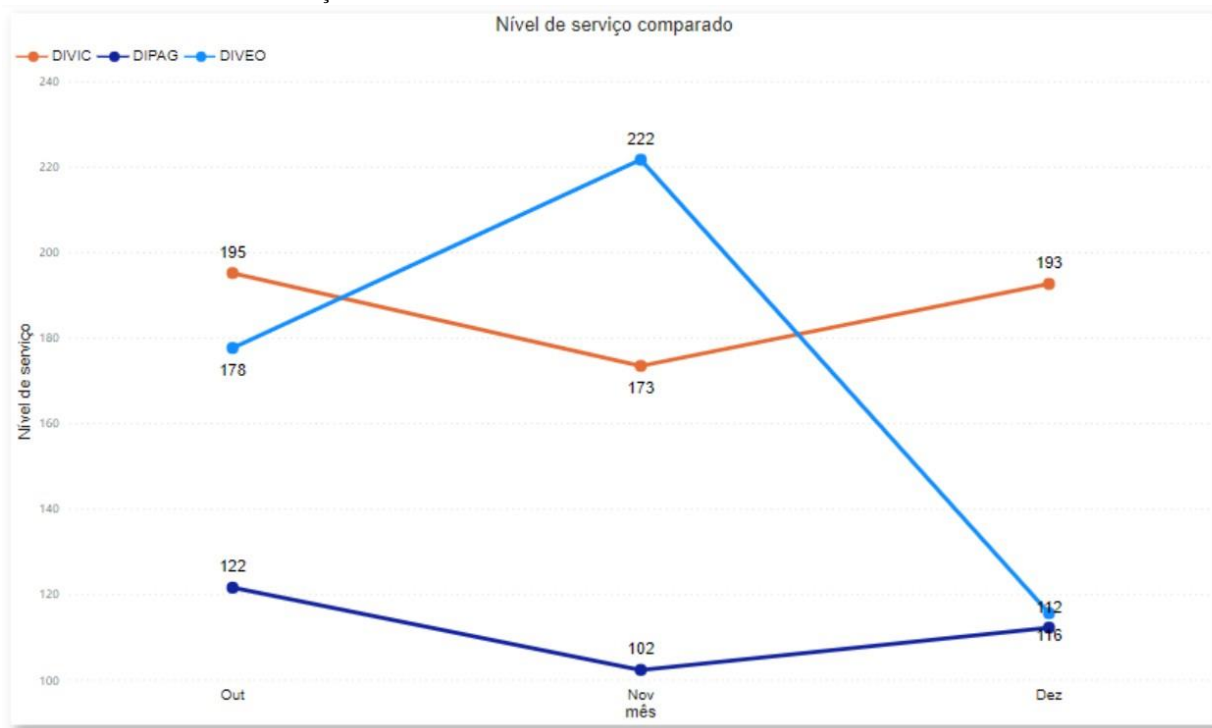
A pesquisa traçou o perfil dos participantes, com base nas informações de faixa etária um perfil de certa experiência no serviço público, mostrando como resultado das perguntas relacionadas aos conhecimentos de custos uma maior propensão a implementação de um sistema informacional de custos.

4.2 AVALIAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRODUZIDOS

A partir dos resultados obtidos com a importação dos dados da CGOF foi possível avaliar os relatórios produzidos pelo SICGESP e apresentação das características qualitativas essenciais aos relatórios de informação contábil, conforme a NBC TSP Estrutura Conceitual. Gerando informações que podem ser utilizadas de base para representações gráficas em outros softwares (Power bi, Tableau etc.) por apresentarem a característica de comparabilidade da informação.

Adicionalmente, como a informações geradas possuem características comparáveis é passível o uso de ferramentas de software complementares para apresentar as informações geradas pelo SICGESP entregando ao usuário da informação maior compreensibilidade em apresentação de dados, conforme exemplificado pelo gráfico 4 onde com o uso das informações geradas pelos relatórios de serviços foi possível a confecção gráfica expondo o último trimestres de 2022, comparando o nível de serviço das três divisões (DIVIC, COPAG e DIVEO) que compõem a CGOF. Com isso, através da base de dados obtida pelo SICGESP é possível apresentar diferentes formas ao usuário a informação de custos.

Gráfico 4- Nível serviço último trimestre de 2022



Adiante, foram analisados os dois tipos de relatórios produzidos, gerencial e nível de serviços avaliando a presença das características qualitativas previstas no MCSASP: relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade. Conforme quadro a seguir:

Figura 3 - Características dos RECASP

Tipo de Relatório	Gerencial	Nível de Serviço
Característica		
Relevância	Apresenta	Apresenta
Representação Fidedigna	Apresenta	Apresenta
Tempestividade	Apresenta	Apresenta
Verificabilidade	Apresenta	Apresenta
Comparabilidade	Apresenta	Parcial
Compreensibilidade	Parcial	Parcial

Fonte: elaboração do autor

A característica que mais interfere no uso da ferramenta é a acessibilidade e fácil entendimento da informação contábil, estas características afetam diretamente as características do relatório, por este motivo pode ser necessário para a realização de comparabilidade pelo usuário da informação seja necessária uma ajuda, isto pode representar um dos desafios da utilização da ferramenta uma vez que é necessário estudá-la para utilizar as informações em caráter de comparação, implicando no comparativo geral dos relatórios.

Mesmo com esse apontamento foi possível identificar todas as características citadas no MCASP seja forma total ou parcial, sendo que o desafio de utilização da informação está focado no usuário, o que não afeta as características qualitativas dos relatórios produzidos.

Em uma avaliação geral as informações apresentam as características expostas na NBC TSP Estrutura Conceitual dispostas da seguinte forma:

- **Relevantes:** são capazes de influenciarem do processo decisório.
- **Representação Fidedigna:** são informações verificadas advindas de sistemas estruturantes dentro da esfera são informações neutras, completas e livres de erro material.
- **Tempestividade:** a informação é disponibilizada de maneira imediata para auxiliar o processo decisório.
- **Comparabilidade:** pois a informação gerada tanto no relatório gerencial quanto no nível de serviço pode ser comparada entre as unidades estruturantes da esfera pública, gerando informação comparável.

A característica de compreensibilidade vem de maneira parcial pela dificuldade de entendimento da informação onde é necessário entender o conceito de custos de serviços e a essência do nível de serviço para compreensão dos relatórios gerados, porém a partir do

entendimento desses dados passa a ser ferramenta compreensível e importante para tomada de decisão.

4.3 AVALIAÇÃO DO SISTEMA

O SICGESP – Infrasing de Informação e Gestão de Custos demonstrou ser potencial opção para um sistema de custos para o Ministério da Saúde, entendendo a dimensão e do Ministério da Saúde que envolvem fundações, secretarias, unidades entre outros são necessárias novas pesquisas para verificação geral.

O sistema demonstra fácil alimentação com os dados obtidos internamente com a consulta a sistemas internos de gerenciamento, por exemplo, de materiais no site almoxarifado virtual para fornecimento de materiais de consumo administrativo, ou o sistema de recursos humanos, ou o SIAFI. São sistemas que permitem a captação de informação fidedigna para construção de tabela de dados para inclusão no sistema.

Após a inclusão de dados o processo de alocação da informação de consumo de materiais, de depreciação de equipamentos para o relatório gerencial, pode ser feito tanto de forma manual como por meio de importação de tabela csv possibilitando maior agilidade na inclusão destas informações para maiores quantidades de dados, ou seja, o sistema dá opções para importação dos dados para utilização da ferramenta.

Para o relatório de nível de serviço o sistema também oferece ao usuário forma de fácil acesso à inclusão da informação através do menu de acesso do painel principal de gestão operacional e quantidade, onde podemos alocar de forma manual, de acordo com o mês de referência, a informação de produtos gerados por unidade. Uma maneira acessível do usuário utilizar a ferramenta.

A simulação realizada na CGOF foi realizada de maneira dinâmica, utilizando as informações obtidas por meio de consultas nos sistemas internos e o portal da transparência, ou seja, não requereu mudanças nos processos implementados nos sistemas de suporte estrutural, com a facilidade de utilização do sistema e de entendimento dos relatórios gerados.

Os relatórios conseguem trazer a informação de custo das divisões e coordenação da estrutura permitindo ao gestor a comparabilidade dos custos das unidades através do relatório gerencial e complementa com o relatório de nível de serviço as demandas concluídas pelas unidades trazendo apontamentos com relação ao rendimento das unidades.

Com a possibilidade de comparação dos custos é possível apurar o valor demandado para gerar o serviço, como ocorreu no relatório a seguir que indica Divisão de Contabilidade como a que tem o maior custo acumulado dentro das unidades que compõem a Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira no mês de julho.

Figura 4 - Relatório Gerencial de julho

Estrutura	f:t→M	f:i→I	f:i→L	f:t→E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
-- Aula 2	-	-	-	-	-	R\$ 110.552,53
☒ Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	13,43 0	2.320,00 0	21.780,83 0	131,32 0	R\$ 24.245,57	R\$ 110.552,53
-- Divisão de Contabilidade	31,31 0	-	39.663,14 0	306,37 0	R\$ 40.000,82	R\$ 40.000,82
-- Divisão de Execução Orçamentária	8,95 0	-	16.066,42 0	87,53 0	R\$ 16.162,90	R\$ 16.162,90
-- Coordenação de Pagamento	22,37 0	-	29.902,04 0	218,83 0	R\$ 30.143,24	R\$ 30.143,24
Total:	R\$ 76,06	R\$ 2.320,00	R\$ 107.412,43	R\$ 744,05	R\$ 110.552,53	////

Quando analisamos o nível de serviço da Divisão de Contabilidade com as outras unidades que compõem a Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira no mês de julho, na figura 5, tem-se que a DIVIC apresenta o maior índice de nível de serviço comparado, podendo assim justificar o dado anterior.

Figura 5 - Relatório de nível de serviço de julho

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviço Comparado (R\$)
-- Aula 2	-	-	-	-	-
☒ Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			607	24.245,57	39,94
-- Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	231	40.000,82	173,16
-- Divisão de Execução Orçamentária	Empenhos emitidos	Empenhos concluídos	150	16.162,90	107,75
-- Coordenação de Pagamento	Ordens Bancárias emitidas	Pagamento efetuado	226	30.143,24	133,38
Total:	--	--	--	110.552,53	-

Esses relatórios entregam ao gestor informação base para gestão das unidades possibilitando a visualização das demandas atendidas pela unidade e o capital investido para geração das atividades.

Como resultado o SICGESP demonstrou potencial aplicabilidade no âmbito do Ministério da Saúde, por meio da análise dos relatórios emitidos com base nos dados obtidos da CGORF, demonstrando ser uma ferramenta acessível, de fácil uso e entendimento das informações geradas no sistema.

Os relatórios atendem as necessidades de qualidade da informação para tomada de decisão e atendem requisitos de relatórios de informação contábil. O sistema apresentou fácil alimentação de dados e manuseio.

O sistema representa ao Ministério da Saúde a implantação de um sistema com maior amplitude, essa informação pode trazer a administração uma visão mais completa dos custos e consequentemente aplicação de melhores práticas de governança e transparência da informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter informação acerca do custo é de grande relevância para gestão das entidades. Entregar informações de qualidade de maneira acessível ao gestor e aos usuários desta informação é potencial para trazer uma gestão com melhor eficiência. Diante disto, este trabalho propôs a avaliação de implantação de um sistema de custos ao Ministério da Saúde, avaliando para isto os dados da divisão estudada e o sistema Infrasing De Informação E Gestão De Custos Aplicados Ao Setor Público - SICGESP utilizando as informações da Coordenação Geral de orçamento e finanças (CGOF/DLOG/SE/MS).

Uma característica dessa informação é a simplicidade e a capacidade de ser interpretada pela comunidade de forma intuitiva. Essa qualidade permite que seja utilizada pela administração da área de saúde como uma forma de colaborar com a melhoria da qualidade de utilização dos recursos para prestação de serviço e na disseminação das melhores práticas de governança.

O presente estudo trouxe a participação da opinião dos envolvidos na pesquisa acerca da implementação deste sistema à máquina pública, obtidos por meio de questionário, aplicado aos profissionais que compõem a Coordenação-Geral de Execução Orçamentária (CGORF/DLOG/SE) do Ministério da Saúde, com o objetivo de aproximar os possíveis usuários da informação de custos à linha de pesquisa e ao sistema estudado.

Assim a partir dos resultados obtidos com a pesquisa realizada avaliando os relatórios produzidos pelo SICGESP foi possível analisar que os relatórios podem ser produzidos com as características qualitativas essenciais aos relatórios de informação contábil, conforme a NBC TSP Estrutura Conceitual. Gerando informações que poderiam inclusive serem utilizadas de base para representações gráficas em outros softwares (Power bi, Tableau etc.) graças a característica decomparabilidade da informação para os gestores.

Demonstrou ser uma importante ferramenta para transparência da informação de uso dos recursos.

Observando que a presente pesquisa apresentada teve uma limitação com relação aos dados em que alguns casos tiveram que estimar valores de depreciação uma vez que atualmente não apresenta valores exatos e consumo de materiais que conforme descrito anteriormente as compras de materiais não ocorrem de maneira regular, levando em conta ainda a dimensão do Ministério da Saúde e a área de atuação específica. Diante isto são necessários mais estudos, para afirmar com precisão a viabilidade de aplicação do SICGESP ao Ministério da Saúde.

REFERÊNCIAS

1. Dantas, Marilson. Um modelo de custo aplicado ao setor público sob a visão da accountability. Repositório UnB, 2013. Disponível em <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/36714>>. Acesso em: 19, de julho de 2022.
2. <https://www.projetosalasebunb.com.br/>. PASSO A PASSO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO. Acessado em 14 de abril de 2022
3. MCASP. Acessado em 11 de junho de 2020. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484>
4. Gov.br PNGC Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pngc>> Acesso em: 14 de novembro de 2022
5. Ágora. SICGESP- Sistema de Informação de Governança Baseado em Custos Disponível em:< <https://solucoes.agora.fiocruz.br/solucao/solucao-social/sicgesp-sistema-de-informacao-de-governanca-baseado-em-custos>> Acesso em: 14 de novembro de 2022.
6. IBAGE EAD, Instituto Brasileiro De Auditoria E Gestão Empresária. O que é o SICGESP. Youtube, 17 de março de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/5rZJZMiMkNk>
7. IBAGE EAD, Instituto Brasileiro De Auditoria E Gestão Empresária. Benefícios na utilização do SICGESP. Youtube, 17 de março de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/5rZJZMiMkNk>
8. IBAGE EAD, Instituto Brasileiro De Auditoria E Gestão Empresária. Contextualização da necessidade de gerir custos no atual cenário político e econômico
9. . Youtube, 17 de março de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/2pMEaRSU8g>
10. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 18 de novembro de 2011.
11. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 23 de março de 1964.
12. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 5 de maio de 2000.

13. Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 22 de abril de 2021
14. BRASIL. Ministério da Economia. Almojarifado virtual nacional [Brasília]: Ministério da Economia. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/central-de-compras/almojarifado-virtual-nacional>. Acesso em: 01 jul. 2022.
15. Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2016). Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico>>.

ANEXOS

**ANEXO I – MANUAL DE PREPARAÇÃO DOS ARQUIVOS PARA FUTURA
IMPORTAÇÃO PARA O SISTEMA**



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília Laboratório de Inteligência Pública -
LabPI

Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica

MANUAL DE PREPARAÇÃO DOS ARQUIVOS PARA FUTURA IMPORTAÇÃO PARA O SISTEMA



Sejam bem-vindos ao primeiro passo da implementação!

Parabéns pela Adesão ao Projeto Sala de Situação de Gestão e Governança da Educação do Brasil, uma parceria da Secretaria de Educação Básica e o Laboratório de Inteligência Pública da Universidade de Brasília.

A partir de agora vamos construir a implementação da Gestão e Governança de seu município com a geração dos arquivos de dados!

Se você está acessando este manual significa que já implementou a primeira fase do projeto solicitando ao prefeito/Gestor a aprovação do decreto de gestão e governança.

Qual a importância da publicação do Decreto de Governança?

O Decreto que sugerimos, está em acordo com a legislação federal. Este procedimento é importante porque pegamos o decreto federal e o transformamos em um tamanho adequado para a sua prefeitura!

Este decreto estabelece as definições e conceitos para que toda estrutura operacional da sua secretaria de educação possa conversar e interpretar as informações geradas com o mesmo entendimento.

A sua secretaria de educação poderá se comunicar com clareza e eficiência com toda a equipe da secretaria da educação. Assim, todos estarão compartilharão as mesmas informações e entendimentos.

Estas informações também servirão para que seu município possa conversar diretamente com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação por meio da Sala de Situação de Gestão e Governança da Educação Básica!

Os primeiros a entenderem as informações será a equipe da secretaria de educação!

Este Manual auxiliará vocês na preparação dos arquivos para importação dos dados. Estes dados já são de conhecimento da Prefeitura! São os mesmos dados publicados no Portal da Transparência.

Não estamos pedindo nenhuma nova informação ou mesmo criando mais um trabalho para a Prefeitura! Pelo contrário! Estamos aqui para ajudá-los e apoiá-los.



Universidade de Brasília

Aqui vocês encontrarão todas as informações para que os arquivos sejam organizados para futura importação no Sistema!

Após a preparação dos arquivos de dados para importação no sistema solicite a nossa equipe de apoio a senha para acesso ao sistema. Essa solicitação pode ser feita de forma simples com uma mensagem pelo número de whatsapp que está na página do projeto **(61) 98274-6800**.

Estamos juntos nesta jornada!

Nos procure qualquer que seja a dúvida!

Nos encontraremos ao vivo todas as quartas-feiras, às 11h!

Equipe Laboratório de Inteligência Pública Dr. Marilson Dantas

Coordenador do Projeto SEB/MEC/UnB



GERAÇÃO DOS ARQUIVOS DE DADOS PARA IMPORTAÇÃO NO SISTEMA

O momento de geração dos arquivos do sistema parece ser uma parte complexa do processo! Mas fique tranquilo que vamos acompanhar todo esse processo e apoiá-lo em cada etapa.

Passo 1 – Solicitação ao setor de contabilidade/Folha

O primeiro passo a solicitar ao responsável pela contabilidade da secretaria a geração dos dois arquivos: Um arquivo com os dados da contabilidade e outro arquivo com os dados da folha de pagamento.

Ao fazer essa solicitação entregue esse manual e peça para serem gerado os arquivos de acordo com as informações solicitadas no ANEXO I.

Esse anexo tem de forma detalhada as informações necessárias e as instruções para geração do arquivo.

Após a geração do arquivo da Contabilidade/Folha de Pagamento foi desenvolvido um sistema para validar os arquivos e já deixar totalmente preparado para a importação.

Acesse a página do projeto pela página www.projetosalasebunb.com.br e baixe o MANUAL DE VALIDAÇÃO DOS ARQUIVOS.

No manual você terá as informações necessárias para acessar o sistema de validação e testar os arquivos.

Qualquer dúvida por parte da equipe de Contabilidade/Folha peça para entrar em contato com a equipe de apoio do projeto pelo **Whatsapp (61) 98274-6800**.

Dependendo do sistema de contabilidade/Folha utilizado pela prefeitura esse relatório é gerado facilmente. No entanto, alguns sistemas não permitem que essa geração seja feita diretamente pela prefeitura.

Caso seja necessário, envie esse manual para a empresa que presta serviço de contabilidade/Folha de pagamento à prefeitura.

Ao encaminhar essa solicitação de geração dos arquivos de contabilidade/Folha de pagamento para a empresa prestadora de serviço da prefeitura, solicite a pessoa responsável pela geração do arquivo que mantenha contato com nossa equipe de apoio.

A que estará apta a responder qualquer dúvida. Pode passar o número do **Whatsapp (61) 98274-6800**. do projeto.

Também passe o endereço do projeto para que a empresa possa ter acesso ao sistema desenvolvido para validar os arquivos para a importação.



Universidade de Brasília

O manual de sistema de validação está na página do projeto www.projetosalasebunb.com.br

Estamos prontos a poiar a secretaria de educação na geração os arquivos e também a empresa de prestação de serviços, se for o caso.

Aguardamos seu contato!



ANEXO I

Apresentamos a seguir as principais REGRAS que devem ser obedecidas para a construção dos arquivos de dados:

1. O arquivo deve ser SALVO escolhendo o formato **CSV (Separado por vírgula)**
2. O primeiro campo do arquivo deve ser preenchido sempre com a data do dia primeiro do mês relacionado aos dados gerados. Exemplo: se estou gerando os dados de Janeiro de 2021 o primeiro campo DATA deve conter a data 01/01/2021 para todas as linhas.

2) Os campos que não se aplicarem a uma determinada situação, **NÃO** deverão ser deixados sem conteúdo.

Se o campo deveria ser preenchido com dados tipo TEXTO e no seu sistema ainda não existe esse dado, então coloque neste campo a palavra SIE. (Observação- a palavra SIE significa Sem Informação Encontrada)

Se o campo deveria ser preenchido com dados tipo número e no seu sistema ainda não existe esse dado, então coloque neste campo o número 99999999.

Se o campo deveria ser preenchido com dados tipo CPF/CNPJ e no seu sistema ainda não existe esse dado, então coloque neste campo o número 99999999999. (Observação – Somente para os campos CPF ou CNPJ)

Se o campo deveria ser preenchido com dados tipo DATA e no seu sistema ainda não existe esse dado, então coloque neste campo a data 29/02/1988.

Se o campo NOME DO SERVIDOR não puder ser divulgado nesse momento de implementação pode ser substituído pela palavra SERVIDOR.

No campo ESTRUTURA deve ser colocado L (a letra “éle”).

CRITÉRIOS para extração e geração dos dados da contabilidade:

Periodicidade da geração: Mensal

Crítérios a serem observados: O arquivo deve contemplar as seguintes informações:

- Empenhos liquidados no mês
- Movimento mensal a crédito do Grupo 115000000
- Movimento mensal a crédito do Grupo 123810000



ESTRUTURA DO PRIMEIRO ARQUIVO_FOLHA DE PAGAMENTO

Seq.	Descrição	Exemplo
01	Data	01/MM/AAAA
02	Nome do servidor	ABADIA ALVES LIMA
03	Número da matrícula do servidor	4307
04	Número do CPF	27824322149
05	Número do código de lotação/UTB - Unidade de	1510000115
06	Nome do setor de lotação/UTB - Unidade de Trabalho	CAIS GARAVELLO
07	Estrutura	L
08	Sigla do setor de lotação	CGAR
09	Número do código do vínculo	1
10	Nome do vínculo	ESTATUTARIO
11	Código da Função	216
12	Nome da função	AUXILIAR TECNICO
13	Código do Cargo	21
14	Nome do cargo	CHEFE DE POSTO
15	Data de nascimento	14/08/1962
16	Código da Escolaridade	3
17	Sexo	F
18	Quantidade de horas do contrato	4
19	Código da Titulação	9999
20	Data Admissão	15/02/1995
21	Código fonte de recursos	11B4T
22	remuneração	688.40

***- Quantidade mínima de campos para que o primeiro relatório de importação seja gerado.**



ESTRUTURA DO SEGUNDO ARQUIVO_CONTABILIDADE (LIQUIDADOS DO MÊS ANTERIOR)

CRITÉRIOS para extração e geração dos dados da contabilidade: Periodicidade da geração:
Mensal

Crítérios a serem observados: O arquivo deve conter os dados de todos que forma gerados na Folha de Pagamento., servidores ou não.

Seq.	Descrição	Exemplo
01	Data	01/MM/AAAA
02	Número documento	123765
03	Tipo documento	Nota de
04	Código do Órgão	1
05	Descrição do Órgão	Fundo de saúde
06	Código da Unidade	3333
07	Descrição da Unidade	Hospital HRAM
08	Descrição da Esfera	Orçamento Fiscal
09	Esfera	10
10	Código da Fonte dos Recurso	1
11	Código da Unidade Orçamentária	30500
12	Código da Função	12
13	Código da Subfunção	122
14	Código da Programa	8915
15	Descrição do Programa	Previdência
16	Ação	2000
17	Descrição da Ação	Adm. da entidade
18	Categoria Econômica	3
19	Grupo Natureza de Despesa	3
20	Modalidade de Aplicação	90

2 1	Elemento da despesa	14
2 2	Subelemento da despesa	99
23	Código do Plano Orçamentário (Caso o Ente não utilize preencher com 99999999)	99999999
24	Descrição do Favorecido	Jose Aquino
25	CNPJ/CPF do Favorecido	43949959498
2 6	Valor da liquidação	125.00
27	Data da emissão do documento de liquidação	15/01/2014
2 8	Data da Liquidação do Documento	15/01/2014
29	Conta Contábil	313000000
30	Conta Corrente (Caso o Ente não utilize preencher com 99999999)	99999999

*- Quantidade mínima de campos para que o primeiro relatório de importação seja gerado.

ANEXO II - RELATÓRIO GERENCIAL

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Relatório Gerencial

PERÍODO:

01/2022

Estrutura	f:t => M	f:i => I	f:i => L	f:t => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	117.443,23
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	154,95	2.320,00	21.780,83	87,53	24.343,30	117.443,23
Divisão de Execução Orçamentaria	-	-	16.066,42	131,32	16.197,74	16.197,74
Coordenação de Pagamento	-	-	38.049,54	218,83	38.268,37	38.268,37
Divisão de Contabilidade	-	-	38.327,45	306,37	38.633,82	38.633,82
Total	154,95	2.320,00	114.224,24	744,05	117.443,23	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Relatório Gerencial

PERÍODO:

02/2022

Estrutura	f:t => M	f:i => I	f:i => L	f:t => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	117.443,23
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	0,02	2.320,00	21.780,83	87,53	24.188,38	117.443,23
Divisão de Contabilidade	63,80	-	38.327,45	306,37	38.697,62	38.697,62
Divisão de Execução Orçamentaria	45,56	-	16.066,42	131,32	16.243,30	16.243,30
Coordenação de Pagamento	45,57	-	38.049,54	218,83	38.313,94	38.313,94
Total	154,95	2.320,00	114.224,24	744,05	117.443,23	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Relatório Gerencial

PERÍODO:

03/2022

Estrutura	f:t => M	f:i => I	f:i => L	f:t => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	117.443,23
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	27,36	2.320,00	21.780,83	131,32	24.259,50	117.443,23
Divisão de Contabilidade	63,80	-	38.327,45	306,37	38.697,62	38.697,62
Divisão de Execução Orçamentaria	18,22	-	16.066,42	87,53	16.172,17	16.172,17
Coordenação de Pagamento	45,57	-	38.049,54	218,83	38.313,94	38.313,94
Total	154,95	2.320,00	114.224,24	744,05	117.443,23	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Relatório Gerencial

PERÍODO:

04/2022

Estrutura	f:t => M	f:i => I	f:i => L	f:t => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	118.746,45
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	21,63	2.320,00	21.780,83	131,32	24.253,78	118.746,45
Divisão de Contabilidade	50,42	-	39.663,14	306,37	40.019,93	40.019,93
Divisão de Execução Orçamentaria	14,40	-	16.066,42	87,53	16.168,35	16.168,35
Coordenação de Pagamento	36,02	-	38.049,54	218,83	38.304,39	38.304,39
Total	122,47	2.320,00	115.559,93	744,05	118.746,45	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Relatório Gerencial

PERÍODO:

05/2022

Estrutura	f:t => M	f:i => I	f:j => L	f:t => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	118.746,45
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	21,62	2.320,00	21.780,83	131,32	24.253,77	118.746,45
Divisão de Contabilidade	50,42	-	39.663,14	306,37	40.019,93	40.019,93
Divisão de Execução Orçamentária	14,41	-	16.066,42	87,53	16.168,36	16.168,36
Coordenação de Pagamento	36,02	-	38.049,54	218,83	38.304,39	38.304,39
Total	122,47	2.320,00	115.559,93	744,05	118.746,45	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Relatório Gerencial

PERÍODO:

06/2022

Estrutura	f:t => M	f:i => I	f:j => L	f:t => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	118.746,45
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	21,61	2.320,00	21.780,83	131,32	24.253,76	118.746,45
Divisão de Contabilidade	50,43	-	39.663,14	306,37	40.019,94	40.019,94
Divisão de Execução Orçamentária	14,41	-	16.066,42	87,53	16.168,36	16.168,36
Coordenação de Pagamento	36,02	-	38.049,54	218,83	38.304,39	38.304,39
Total	122,47	2.320,00	115.559,93	744,05	118.746,45	-

Ministério da Saúde

SIGGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Relatório Gerencial

PERÍODO:

07/2022

Estrutura	ft => M	fi => I	fi => L	ft => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	110.552,53
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	13,43	2.320,00	21.780,83	131,32	24.245,57	110.552,53
Divisão de Contabilidade	31,31	-	39.663,14	306,37	40.000,82	40.000,82
Divisão de Execução Orçamentaria	8,95	-	16.066,42	87,53	16.162,90	16.162,90
Coordenação de Pagamento	22,37	-	29.902,04	218,83	30.143,24	30.143,24
Total	76,06	2.320,00	107.412,43	744,05	110.552,53	-

Ministério da Saúde

SIGGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Relatório Gerencial

PERÍODO:

08/2022

Estrutura	ft => M	fi => I	fi => L	ft => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	110.552,53
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	13,44	2.320,00	21.780,83	131,32	24.245,58	110.552,53
Divisão de Contabilidade	31,31	-	39.663,14	306,37	40.000,82	40.000,82
Divisão de Execução Orçamentaria	8,94	-	16.066,42	87,53	16.162,89	16.162,89
Coordenação de Pagamento	22,37	-	29.902,04	218,83	30.143,24	30.143,24
Total	76,06	2.320,00	107.412,43	744,05	110.552,53	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Relatório Gerencial

PERÍODO:

09/2022

Estrutura	f.t => M	f.i => I	f.i => L	f.t => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	110.552,53
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	13,44	2.320,00	21.780,83	131,32	24.245,58	110.552,53
Divisão de Contabilidade	31,31	-	39.663,14	306,37	40.000,82	40.000,82
Divisão de Execução Orçamentaria	8,94	-	16.066,42	87,53	16.162,89	16.162,89
Coordenação de Pagamento	22,37	-	29.902,04	218,83	30.143,24	30.143,24
Total	76,06	2.320,00	107.412,43	744,05	110.552,53	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Relatório Gerencial

PERÍODO:

10/2022

Estrutura	f.t => M	f.i => I	f.i => L	f.t => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	110.552,53
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	13,44	2.320,00	21.780,83	131,32	24.245,58	110.552,53
Divisão de Contabilidade	31,31	-	39.663,14	306,37	40.000,82	40.000,82
Divisão de Execução Orçamentaria	8,94	-	16.066,42	87,53	16.162,89	16.162,89
Coordenação de Pagamento	22,37	-	29.902,04	218,83	30.143,24	30.143,24
Total	76,06	2.320,00	107.412,43	744,05	110.552,53	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:
Relatório Gerencial

PERÍODO:
11/2022

Estrutura	ft => M	fi => I	fi => L	ft => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	110.691,79
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	38,01	2.320,00	21.780,83	131,32	24.270,16	110.691,79
Divisão de Contabilidade	88,65	-	39.663,14	306,37	40.058,16	40.058,16
Divisão de Execução Orçamentaria	25,33	-	16.066,42	87,53	16.179,28	16.179,28
Coordenação de Pagamento	63,32	-	29.902,04	218,83	30.184,19	30.184,19
Total	215,31	2.320,00	107.412,43	744,05	110.691,79	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:
Relatório Gerencial

PERÍODO:
12/2022

Estrutura	ft => M	fi => I	fi => L	ft => E	Custo Individual (R\$)	Custo Acumulado (R\$)
Aula 2	-	-	-	-	-	110.691,79
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	38,01	2.320,00	21.780,83	131,32	24.270,16	110.691,79
Divisão de Contabilidade	88,65	-	39.663,14	306,37	40.058,16	40.058,16
Divisão de Execução Orçamentaria	25,33	-	16.066,42	87,53	16.179,28	16.179,28
Coordenação de Pagamento	63,32	-	29.902,04	218,83	30.184,19	30.184,19
Total	215,31	2.320,00	107.412,43	744,05	110.691,79	-

ANEXO III - NÍVEL DE SERVIÇO

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Nível de Serviço

PERÍODO:

01/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			499	24.343,30	48,78
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	94	16.197,74	172,32
Coordenação de Pagamento	Ordens bancárias emitidas	Pagamento efetuado	201	38.268,37	190,39
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	204	38.633,82	189,38
Total	--	--	--	117.443,23	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Nível de Serviço

PERÍODO:

02/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			463	24.188,38	52,24
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	162	38.697,62	238,87
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	105	16.243,30	154,70
Coordenação de Pagamento	Ordens bancárias emitidas	Pagamento efetuado	196	38.313,94	195,48
Total	--	--	--	117.443,23	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:
Nível de Serviço

PERÍODO:
03/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			481	24.259,50	50,44
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	221	38.697,62	175,10
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	75	16.172,17	215,63
Coordenação de Pagamento	Ordens bancárias	Pagamento efetuado	185	38.313,94	207,10
Total	--	--	--	117.443,23	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:
Nível de Serviço

PERÍODO:
04/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			649	24.253,78	37,37
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	295	40.019,93	135,66
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	83	16.168,35	194,80
Coordenação de Pagamento	Ordens bancárias	Pagamento efetuado	271	38.304,39	141,34
Total	--	--	--	118.746,45	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasiq de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Nível de Serviço

PERÍODO:

05/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			651	24.253,77	37,26
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	298	40.019,93	134,30
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	77	16.168,36	209,98
Coordenação de Pagamento	Ordens Bancárias emitidas	Pagamento efetuado	276	38.304,39	138,78
Total	--	--	--	118.746,45	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasiq de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Nível de Serviço

PERÍODO:

06/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			645	24.253,76	37,60
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	289	40.019,94	138,48
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	131	16.168,36	123,42
Coordenação de Pagamento	Ordens Bancárias emitidas	Pagamento efetuado	225	38.304,39	170,24
Total	--	--	--	118.746,45	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Nível de Serviço

PERÍODO:

07/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			597	24.245,57	40,61
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	231	40.000,82	173,16
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	140	16.162,90	115,45
Coordenação de Pagamento	Ordens Bancárias emitidas	Pagamento efetuado	226	30.143,24	133,38
Total	--	--	--	110.552,53	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Nível de Serviço

PERÍODO:

08/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			654	24.245,58	37,07
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	233	40.000,82	171,68
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	112	16.162,89	144,31
Coordenação de Pagamento	Ordens Bancárias emitidas	Pagamento efetuado	309	30.143,24	97,55
Total	--	--	--	110.552,53	-

Ministério da Saúde

SIGGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Nível de Serviço

PERÍODO:

09/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			450	24.245,58	53,88
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	170	40.000,82	235,30
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	93	16.162,89	173,79
Coordenação de Pagamento	Ordens Bancárias emitidas	Pagamento efetuado	187	30.143,24	161,19
Total	--	--	--	110.552,53	-

Ministério da Saúde

SIGGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:

Nível de Serviço

PERÍODO:

10/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			542	24.245,58	44,73
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	205	40.000,82	195,13
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	89	16.162,89	181,61
Coordenação de Pagamento	Ordens Bancárias	Pagamento efetuado	248	30.143,24	121,55
Total	--	--	--	110.552,53	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:
Nível de Serviço

PERÍODO:
11/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			599	24.270,16	40,52
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	231	40.058,16	173,41
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	73	16.179,28	221,63
Coordenação de Pagamento	Ordens Bancárias emitidas	Pagamento efetuado	295	30.184,19	102,32
Total	--	--	--	110.691,79	-

Ministério da Saúde

SICGESP - Infrasing de Sistema de Custos e Gestão Aplicado ao Setor Público

RELATÓRIO:
Nível de Serviço

PERÍODO:
12/2022

Estrutura	Produto Principal	Unidade	Evidência Auditável	Custos (R\$)	Nível de Serviços Comparado (R\$)
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira			617	24.270,16	39,34
Divisão de Contabilidade	Processos Sei analisados	Processo despachado	208	40.058,16	192,59
Divisão de Execução Orçamentaria	Empenhos liquidados	Empenhos concluídos	140	16.179,28	115,57
Coordenação de Pagamento	Ordens Bancárias emitidas	Pagamento efetuado	269	30.184,19	112,21
Total	--	--	--	110.691,79	-